

## ÍNDICE

1. O nascimento da obrigação fiscal	9
1.1. Do lançamento administrativo ao autolancamento	9
1.2. A constituição da relação jurídica tributária	10
2. A liquidação	15
2.1. O acto administrativo de liquidação	15
2.2. A impugnação da autoliquidação	17
2.2.1. Autolancamento e autoliquidação	17
2.2.2. A decisão administrativa impugnada	19
2.2.2.1. Autoliquidação efectuada de acordo com orientações genéricas da administração tributária	19
2.2.2.2. A reclamação necessária da autoliquidação	21
2.3. A autoliquidação como uma confissão de dívida	23
2.4. A importância prática da natureza da liquidação	25
3. Notificação da liquidação	26
3.1. O conteúdo da notificação	27
3.2. A fundamentação da liquidação	29
3.3. Os casos de autoliquidação	34
4. O título executivo	35
4.1. A formação do título executivo	35
4.2. Requisitos do título executivo	36
5. A natureza do processo de execução fiscal	38
5.1. O controlo judicial da actividade do órgão de execução fiscal	44
6. A citação	48
7. A dação em pagamento	51
7.1. Dação em pagamento e responsabilidade criminal	54
8. Pagamento em prestações	56
8.1. Casos em que não é admissível	56
8.1.1. Os impostos retidos na fonte	57
8.2. Casos em que é admissível	61
9. Oposição à execução	65
9.1. Restrição à apreciação da “ilegalidade abstracta”	67
10. A prestação de garantia	73
10.1. Enquanto condição de suspensão da execução	73

10.2. Perante quem deve ser prestada .....	78
10.3. Isenção de prestação de garantia .....	85
10.4. Extinção das garantias .....	88
11. A penhora .....	92
11.1. A função da penhora .....	92
11.2. Ordem da penhora .....	93
11.3. Protesto no acto da penhora .....	97
11.4. Manutenção da penhora .....	100
11.5. A penhora de bens do cônjuge do executado .....	103
11.5.1. Os cônjuges no nosso sistema de tributação .....	103
11.5.2. A responsabilidade dos cônjuges por dívidas de imposto .....	109
11.6. A efectivação da penhora .....	116
12. Embargos de terceiro .....	118
12.1. Eficácia do caso julgado .....	122
13. Intervenção processual do cônjuge do executado .....	125
13.1. Casos em que é citado .....	125
13.2. Poderes processuais .....	127
14. A convocação dos credores .....	132
14.1. No processo de execução civil .....	134
14.1.1. A citação da administração fiscal .....	134
14.2. No processo de execução fiscal .....	137
14.3. Os créditos reclamáveis .....	137
14.3.1. Restrições à possibilidade de reclamação de créditos pela Fazenda Nacional em processo civil de execução .....	139
14.3.2. As segundas penhoras .....	142
14.3.2.1. Segunda penhora em processo de execução civil .....	144
14.3.2.2. Segunda penhora em processo de execução fiscal .....	145
14.4. Posição dos credores reclamantes em caso de suspensão do processo de execução fiscal .....	146
14.5. A reclamação de créditos fiscais em processo comum havendo sido autorizado o pagamento em prestações .....	149
14.6. A posição processual dos credores reclamantes .....	152
15. As garantias reais dos créditos fiscais .....	155
15.1. A consignação de rendimentos e o direito de retenção .....	156
15.2. A hipoteca e o penhor .....	159
15.3. Os privilégios creditórios .....	160
15.3.1. Os diferentes tipos de privilégios creditórios .....	161
15.3.2. Os privilégios dos créditos fiscais .....	166
15.4. A penhora e o arresto .....	168
16. Verificação e graduação de créditos .....	173
17. A venda .....	175
17.1. Anulação da venda .....	179
17.2. Efeitos da venda .....	189



17.2.1. Extinção dos direitos reais de garantia .....	189
17.2.2. Subsistência dos contratos de locação .....	192
17.2.3. Entrega da posse dos bens .....	194
18. Extinção da execução .....	195
19. O credor tributário no processo de insolvência .....	198
19.1. O novo processo de insolvência .....	198
19.2. Impulso inicial do credor tributário .....	200
19.3. O chamamento dos credores tributários .....	202
19.3.1. Citação da administração fiscal .....	202
19.4. Intervenção processual subsequente .....	204
19.5. Suspensão das acções executivas .....	204
19.6. Reclamação de créditos .....	206
19.6.1. Créditos reclamáveis .....	208
19.6.2. Créditos tributários litigiosos .....	209
19.6.3. Acção para o reconhecimento de créditos .....	211
19.7. Os créditos tributários e o plano de insolvência .....	212
19.7.1. A possibilidade de pagamento em prestações das dívidas tributárias .....	215
19.7.1.1. O levantamento das penhoras .....	217
19.7.2. A impossibilidade de perdão de dívidas fiscais em resultado da aprovação de um plano de insolvência .....	219
19.8. Os créditos fiscais em caso de liquidação do património do insolvente .....	226
19.8.1. A graduação dos créditos fiscais .....	228
19.9. As dívidas tributárias da massa insolvente .....	231
19.10. Benefícios fiscais .....	232
Bibliografia .....	237